

ANPAE: ALGUNS MOTIVOS QUE IMPULSIONARAM SUA CONSTITUIÇÃO

Ana Lucia Calbaiser da Silva
Universidade Federal de São Carlos
anacalbaiser@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho elucidam-se alguns dos motivos que impulsionaram a instituição da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE por professores universitários de Administração Escolar e Educação Comparada, em 1961. Realizou-se a análise qualitativa dos relatórios dos três primeiros Simpósios Brasileiros de Administração Escolar – evento que propiciou a criação da ANPAE e o contínuo debate sobre estudos e temas que envolvem esta disciplina. A ANPAE foi constituída para a delimitação deste campo de pesquisa, o intercâmbio entre profissionais da área e para a busca junto aos poderes competentes de medidas para a formação destes profissionais.

Palavras-chave: ANPAE; administração escolar; formação profissional

INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a formação dos profissionais da educação não se restringe a apenas ao setor público da educação. Iniciativas particulares, realizadas com ou sem o apoio de governos com vistas à formação inicial ou continuada destes profissionais faz-se presente na história da educação brasileira. Dentre estas iniciativas, abordaremos neste trabalho a constituição da Associação Nacional dos Professores de Administração Escolar - ANPAE, atualmente denominada Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, que revela a preocupação de professores universitários com a formação de seus pares.

Apresentaremos aqui os resultados parciais da pesquisa em andamento em nível de mestrado que tem como objeto a Revista Brasileira de Política de Administração da Educação – RBPAE cuja instituição promotora é a ANPAE. Abordaremos os anos iniciais de fundação desta associação, por meio da análise documental dos relatórios dos três primeiros *Simpósio Brasileiro de Administração Escolar* (1961, 1963 e 1966).

Buscamos elucidar nesta comunicação quais foram os motivos intrínsecos e extrínsecos que impulsionaram alguns professores universitários da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada a instituir a ANPAE. Utilizaremos como metodologia de pesquisa a análise qualitativa dos documentos supracitados (intrínseco), contextualizando-os ao período histórico daquele momento (extrínseco). Apesar as limitações desta metodologia, uma vez que a análise dos referidos documentos não propiciará a compreensão global dos motivos que impulsionaram a criação da ANPAE, salientamos que esta comunicação, com o intuito de elucidar alguns dos aspectos que propiciaram a fundação desta associação, contribuirá para a continuidade de estudos realizados sobre a administração da educação no Brasil.

A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para compreender o processo histórico da administração da educação brasileira, utilizaremos o estudo sobre a genealogia do conhecimento realizado por Sander (2007) no qual propõe a caracterização dessa área de conhecimento por meio de fases de acordo com o momento histórico: o *enfoque jurídico* no período colonial e as fases: *organizacional comportamental*, *desenvolvimentista* e *sociocultural* na era republicana.

Segundo Sander (2007, p. 11), “a administração da educação no Brasil nasceu e se desenvolveu no contexto da administração pública e no âmbito da política econômica, científica e cultural do país”. Caracterizando o caráter da administração e organização da educação, o autor aponta que durante o período colonial até o início do século XX predominou o *enfoque jurídico* “essencialmente normativo e estritamente vinculado à tradição do direito administrativo romano” (p.18). Neste período, principalmente na educação, grande foi a influência externa de estudos, pesquisas e organização administrativa, uma vez que independente da cultura e contexto adotou-se valores e tradições dos países europeus. Já em fins do século XIX, outras tradições filosóficas e jurídicas foram adotadas na organização e administração da educação brasileira, como por exemplo, o experimentalismo anglo-americano, resultando em um formalismo em busca de um ideal a ser alcançado e distanciando-se da realidade circundante, o cristianismo, especialmente o catolicismo que reafirmou a influência normativa e a lógica dedutiva, e o positivismo fundamentando práticas prescritivas e normativas.

Do período colonial ao início da república, mais precisamente até a década de 1930 poucos eram os trabalhos teóricos e de sistematização do conhecimento no campo da administração da educação. (SANDER, 2007). Assim, os acontecimentos que se deram a partir da década de 1930 foram importantes para o processo de desenvolvimento de estudos da área. Em relação ao campo político, Cunha (1989) ressalta que esse período foi marcado pelo fim da Primeira República, com a deposição do presidente Washington Luís pelas forças revolucionárias e pelo início do governo provisório assumido por Getúlio Vargas. Além disso, esse momento caracterizou-se pelo processo de industrialização e modernização que marcou profundamente a sociedade brasileira. Saviane (2008) observa que se por um lado esse processo foi gerado pela cafeicultura, por outro lado representou o declínio da oligarquia cafeeira, no qual o exercício do poder deslocou-se dos barões do café para a burguesia industrial.

A *fase organizacional*¹, marcada desde a I Guerra Mundial até a Revolução de 1930, propiciou o início de movimentos reformistas na administração pública e educacional com o enfoque tecnoburocrático, sendo que a combinação entre pedagogia e pragmatismo caracterizou a administração da educação. Houve a adoção de estudos realizados em âmbito internacional, como os princípios da administração científica de Taylor, industrial de Fayol e burocrática de Weber para a administração pública e educacional do país, mesmo diante das políticas nacionalistas propagadas pelo Estado Novo em meados da década de 1930.

Em 1931, diante de uma política de renovação educacional, Getúlio Vargas instituiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública entregando-a a Francisco Campos. Ainda no

primeiro semestre deste ano, o então ministro da educação elaborou sete decretos² conhecidos como Reforma Francisco Campos.

Com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central (SAVIANI, 2008, p.196).

Por esta reforma, Francisco Campos regulamentou o ensino secundário e universitário do país. Tais regulamentações revelam alguns dos motivos que impulsionaram a reforma educacional, advindas da reforma do aparelho burocrático, que por sua vez tinha como o objetivo da modernização e industrialização do país. Segundo Saviani (2008), as questões que impulsionaram a reforma educacional nestes moldes foram “tanto a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional e a descoberta da psicologia infantil” (p.198). Além disso, o autor ressalta que a escolha por uma educação religiosa³ nas escolas oficiais adveio da preocupação em relação ao movimento operário, que na República Velha causou tantos conflitos sociais.

Outra legislação relevante foi o Código da Educação de 1933⁴, formulado pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, Fernando de Azevedo. Para Catani e Giglioli (2004) este código foi importante por instituir oficialmente os cursos especiais para formação de administradores escolares. A fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa⁵ (INEP) em 1938 também foi significativo ato, pois esta instituição “desempenhou um papel fundamental nos estudos superiores de educação e na qualificação do pessoal técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento da educação brasileira” (SANDER, 1981, p.17).

Nesse período encontram-se os primeiros trabalhos em prol da sistematização da administração educacional brasileira, elaborados por estudiosos como Anísio Teixeira e Querino Ribeiro. (SANDER, 1981; 2007; SAVIANI, 2008).

Foi a partir destes trabalhos pioneiros que se formou uma corrente de professores universitários de administração escolar e educação comparada em influentes universidades públicas e privadas do país (SANDER, 2007, pp. 32-33).

Afase comportamental, baseada nas ciências do comportamento (sociologia e psicologia) originou-se de uma corrente doutrinária dos Estados Unidos da América e desenvolvida após a II Guerra Mundial. Esta fase caracterizou-se pelo resgate da dimensão humana da administração - reação manifestada contra os princípios e práticas da escola clássica de administração; tendo grande influência no Brasil, principalmente no setor privado, pois a burocracia presente no setor público dificultava a aplicação de princípios psicossociológicos das relações humanas. (SANDER, 1981; 2007). Quanto às leis organizacionais, em 1947 temos a Consolidação das Leis de Ensino na qual foi estabelecido o curso de formação de administradores escolares para atender aos quadros do primário.

Afase desenvolvimentista desenvolveu-se nas décadas de 1950 e 1960, por pesquisadores e políticos norte-americanos devido a “necessidade de organizar e administrar os serviços de

assistência técnica e ajuda financeira na etapa do pós-guerra” (SANDER, 2007, p.43). No Brasil este movimento ganhou impulso por estar relacionado com a modernidade econômica. Na área educacional refletiu-se no planejamento da educação, impulsionado por organismos internacionais de assistência técnica e financeira a países em desenvolvimento, como a OEA⁶, que realizaram sistemáticas formações de especialistas em planejamento e administração para o desenvolvimento da educação. Sander (2007) nos indica que “a produtividade e a eficiência eram preocupações centrais dos adeptos do desenvolvimento pedagógico que encontraram na técnica o novo instrumento modernizador da educação e da sociedade” (pp. 47-48). Diante disso, vemos que no ano de 1958 começou-se a exigir diplomação em Administração Escolar para os concursos de cargos de diretores de grupo escolar, inspetores e delegados de ensino. Contudo, na década de 1960 os fatos demonstraram que os investimentos em educação foram insatisfatórios para a realização dos resultados esperados, indicando que a dimensão econômica não era suficiente para a administração da educação, havendo necessidade de sua combinação com outras disciplinas como as ciências sociais.

Na *fase sociocultural* compreendeu-se que a “eficiência da administração se determina primordialmente pela atuação de variáveis políticas, sociológicas e antropológicas e apenas secundariamente pela atuação de variáveis jurídicas e técnicas” (SANDER, 1981, p.21), não negando as variáveis anteriores, mas considerando que o desafio primordial encontrava-se na superação de dificuldades existentes no âmbito sociopolítico. Dentre os estudos realizados destacamos dois fatores impulsionadores: o estabelecimento de cursos de pós-graduação em educação e a fundação e consolidação da ANPAE. Para o autor, esta última ganhou importância por considerar progressivamente a ciência social como instrumento de análise da administração da educação, demonstrando tal progresso em seus encontros, simpósios e publicações.

As mudanças nas estruturas no campo da administração da educação impulsionaram a manifestação de profissionais da área na troca de conhecimentos entre seus pares. É elucidativa a carta, escrita em 1955, do Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto, catedrático de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia na Universidade da Bahia, aos professores desta cadeira de distintas faculdades brasileiras na qual solicita a estes o “currícula vitae”,

Com o propósito de facilitar a aproximação dos Professores de Administração Escolar e Educação Comparada das Faculdades de Filosofia do País, de que resulte o conhecimento por parte de todos eles do trabalho e atividades dos cursos que vêm ministrando, pretendemos publicar um pequeno volume, reunindo os “currículos vitae” dos Catedráticos e Professores interinos ou contratados dessa Cadeira (PINTO, 1995).

Ainda nesta carta, ressaltou que sendo este um primeiro passo, esperava-se a realização de uma reunião entre os professores desta cadeira para o estudo de assuntos pertinentes à pesquisa e ao ensino. A busca de conhecimento sobre a administração foi intensa, sobretudo, entre os professores que ministravam a disciplina Administração Escolar nas faculdades brasileiras. Segundo Catani e Giglioli (2004), estes docentes demonstravam desejo da realização de uma reunião ou a criação de uma instituição de estudos nesse campo de conhecimento devido, principalmente, à escassez de material didático da disciplina.

Embora esta reunião não tenha ocorrido naquele momento, a manifestação do Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto impulsionou a realização do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, que aconteceu na década seguinte e, conseqüentemente, a fundação da ANPAE pelos professores de Administração Escolar e Educação Comparada presentes neste mesmo evento, como veremos na seção a seguir.

A FUNDAÇÃO DA ANPAE

O I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar – SBAE foi realizado entre os dias 5 e 11 de fevereiro de 1961 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em São Paulo. Organizado pela Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada desta mesma universidade, cujo catedrático era o Prof. Dr. Querino Ribeiro, tendo como assistente-docente o Dr. Carlos Correa Mascaro e assistente o Prof. Moysés Brejon, o evento contou com o apoio do prof. Anísio Teixeira, diretor do INEP, do prof. Heli Menegale, diretor do Departamento Nacional de Educação, entre outros.

Segundo o relatório deste simpósio (I SIMPÓSIO, 1961), até então não havia sido realizado nenhum encontro de amplitude nacional que possibilitasse a articulação entre os professores e estudantes de Administração Escolar. Neste sentido, algumas questões como a delimitação do campo da Administração Escolar e a qualificação destes profissionais foram tratados neste evento.

Embora, pelo exposto na seção anterior, percebe-se que neste momento já havia legislação específica em prol da formação de administradores escolar, na prática o cumprimento desta lei ocorria de forma lenta e gradual. Tal fato pode ser constatado com o seguinte excerto: “(...) não há dúvida de que ainda estamos na fase mais difícil para o rompimento de nossas velhas tradições paternalistas.” (I SIMPÓSIO, 1961, p. 42). Se de um lado, pelo desenvolvimento econômico, havia a necessidade de formação especializada destes profissionais, por outro lado a questão do tempo e ainda da ausência de competição foram apresentados como empecilhos para sua formação e aperfeiçoamento.

Anísio Teixeira (I SIMPÓSIO, 1961) na sessão inaugural deste evento expôs o conceito de administração da educação. Para isso argumentou que há dois tipos de administração:

Há uma administração que seria, digamos, mecânica, em que planejo muito bem o produto que desejo obter, analiso tudo que é necessário para elaborá-lo e dispondo de mão-de-obra e boa organização, entro em produção. É a administração da fábrica. É a administração, por conseguinte, em que a função de planejar é suprema e a função de executar, mínima. E há outra administração – à qual pertence o caso da Administração Escolar – muito mais difícil. Seu melhor exemplo é o da Administração dos hospitais... (I SIMPÓSIO, 1961, pp.45-46)

Percebe-se neste excerto a dificuldade em delimitação do campo da administração escolar, pois Anísio Teixeira recorreu ao campo da administração hospitalar para conceituá-la. Esta dificuldade ocorreu, principalmente, devido ao novo despertar em relação a esse campo de estudos, conforme vimos na seção anterior. O autor buscou conceituar a administração escolar compreendendo que o professor exerce três grandes funções que passam para a Administração

“a função de administrar propriamente a classe; a função de planejar os trabalhos e a função de orientar o ensino” (p.46). As especialidades da administração foram divididas em três: “**administrador** da escola, o **supervisor** do ensino e o **orientador** dos alunos” (p.48, *grifos do autor*). Além disso, questionou o motivo pelo qual naquele momento fazia-se tão necessária a criação de conceitos novos nesse campo de ensino e a preparação do Administrador Escolar.

Porque o problema se fez agora extremamente complexo, sobretudo nessa civilização paulista, que está celeremente atingindo níveis avançados, sem passar gradual e lentamente pelas fases pro que deveria passar, o que a obriga a esforço maior e especial (p.47).

Percebemos aqui que Anísio Teixeira fez referência ao Código de Educação de 1933, supracitado, que requeria legalmente a formação técnica dos profissionais da administração escolar para a compatibilização do processo de modernização e industrialização deste Estado.

Dentre os temas discutidos neste simpósio ressalta-se a busca por uma terminologia adequada para a Administração Escolar; currículo e bibliografia básica da disciplina; finalidades e técnicas a serem aplicadas para alcance destas finalidades. (CATANI e GIGLIOLI, 2004). Por administração Escolar, entendiam-se, naquele momento, as atividades de “Planejamento, Organização, Assistência à Execução, Avaliação de Resultados e Prestação de Contas ou Relatórios” (p.41) aplicáveis aos aspectos da vida escolar de quatro grupos: “Pessoal, Material, Serviços e Financiamento” (p.42). A partir destes e de outros entendimentos desta área, chegou-se ao seguinte consenso sobre o conceito de administração escolar: “o estudo da organização e funcionamento de uma escola ou de um sistema escolar, de acordo, a) com as finalidades da educação, b) com as exigências da política educacional e, c) com os requisitos da moderna ciência da administração” (II SIMPÓSIO, 1963, pp. 102-103).

De acordo com Sander (2001) estas características e princípios são referentes à administração clássica, mantidos pelos participantes do I SBAE, marcando assim, o evento sob a perspectiva da *Fase Organizacional* havendo certo distanciamento dos temas abordados em relação às questões que predominavam neste campo de pesquisa, pois, como vimos acima, a década de 1960 foi marcada pela influência da *Fase Desenvolvimentista*. Tal fato pode ser explicado pelo excerto, supracitado, de Anísio Teixeira, no qual expõe a necessidade de avançar os conhecimentos deste campo, devido, principalmente, ao desenvolvimento econômico, sem a disposição de tempo hábil para se passar tranquilamente por todas as fases do processo de desenvolvimento.

Neste sentido, entendemos que a preocupação pairava-se sobre um campo novo que buscava afirmar-se diante de um projeto de industrialização e modernização requerido pelo governo brasileiro, no qual uma Administração Moderna fazia-se necessária na reorganização do Estado e, principalmente na reorganização e expansão da educação. Assim, compreendia-se que para a ampliação do sistema de ensino nacional era preciso organizar racionalmente e eficientemente a educação, baseando-se na moderna Administração Escolar.

Segundo Catani e Giglioli (2004) a reorganização também seria necessária nas

universidades, que eram os pólos formadores dos profissionais da área, sendo, portanto, uma motivação endógena para a realização do evento, referente ao “âmbito acadêmico por parte dos próprios docentes da disciplina, os quais tinham pouco prestígio, apoio institucional, verbas e uma identidade pouco autônoma em relação a outros saberes pedagógicos” (p.15). Por sua vez, a motivação exógena seria “produto da perspectiva de instituir no país um sistema de ensino de massas.” (p.15), devido a “uma pressão incipiente por parte dos segmentos mais amplos da população por reivindicar acesso à escola, pressão que se agilizou significativamente na década de 1960” (p.16). Assim,

o propósito do encontro era sistematizar as práticas desse campo disciplinar, definir a especificidade da Administração Escolar e fazer com que seus saberes fossem valorizados no meio acadêmico e fora dele. (CATANI e GIGLIOLI, 2004, p.13).

Dos encaminhamentos realizados neste simpósio, destacamos a criação do Centro de Estudos de Administração Escolar na FFCL-USP, que dentre suas finalidades visava à promoção da formação de administradores escolares, em diferentes níveis: técnicos, pesquisadores, pessoal docente médio e superior; e a valorização dos títulos de formação universitária dos administradores escolares. Percebemos uma dupla preocupação: a formação inicial e continuada destes sujeitos e a valorização deste campo, resguardada pela busca de prestígio diante de sua profissionalização.

Ao final deste evento, no dia 11 de fevereiro de 1961, por deliberação do ISBAE fundou-se a ANPAE que, conforme seu Estatuto realizou a promoção de encontros contínuos e sistemáticos destes profissionais, o intercâmbio entre professores, o incentivo aos estudos deste campo de conhecimento, e a busca de medidas referentes ao ensino, pesquisa e formação do pessoal desta disciplina (I SIMPÓSIO, 1961, p.211). Composta por três órgãos: a Assembleia Legislativa, o Conselho Deliberativo e a Presidência, a ANPAE foi instituída como uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como seus primeiros associados os 33 professores universitários participantes daquele evento. O primeiro presidente eleito da associação, o professor Antonio Pithon Pinto ficou nesse cargo ao longo da década de 1960. Os membros do conselho deliberativo no período de 1961/1963 foram: Anísio S. Teixeira, José Querino Ribeiro, Pe. Theobaldo L. Frantz S.J., e Edson Mouri Fernandes (CATANI e GIGLIOLI, 2004).

Dois anos depois, mais precisamente entre 7 e 13 de julho de 1963, realizou-se o II Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Assim como no evento anterior, o II Simpósio contou com o apoio do INEP. (II SIMPÓSIO, 1963).

A preparação do II Simpósio ocorreu com maior antecedência e organização em relação ao I Simpósio, uma vez que a ANPAE já estava estruturada e realizando o intercâmbio entre os professores universitários, secretarias de educação, Ministério da Educação e Cultura, personagens políticos e líderes internacionais por mediação de seu presidente, colaborando para a realização deste evento. Apesar disso, Catani e Giglioli (2004) afirmam que houve menor impacto em relação aos participantes do evento, mais precisamente entre autoridades políticas e profissionais

do ensino superior. Contudo o simpósio contou com grande presença de profissionais do ensino secundário, demonstrando que “a Anpae transcendia, com isso, a defesa dos interesses dos docentes universitários de Administração Escolar e a dimensão de sua repercussão ampliava-se” (p.47).

Segundo Catani e Giglioli (2004), o discurso foi redirecionado, abandonando a tendência democratizante do evento anterior, para um discurso nacionalista ressaltando o “ufanismo nacional e um civismo conservador” (p.51) como propósito educacional. Tendência demonstrada devido à presença de professores católicos de cunho mais conservador. Dentre os temas debatidos os autores destacam o estabelecimento de mecanismos vinculados às instituições que contribuíssem para a efetivação prática de leis, a aprovação da distinção entre especialista e profissional, a habilitação na formação de Administração Escolar pelos cursos de pedagogia e a regulação de mecanismo de reserva de mercado para estes profissionais. Acrescentamos ainda, com base no relatório do II Simpósio (1963), a questão do prestígio da disciplina diante da academia, requerido por meio de superação de carências materiais, intensificação do trabalho docente, bolsas de estudos para formação continuada junto a poderes públicos e intercâmbio cultural e de aperfeiçoamento profissional entre os pares.

Quanto aos trabalhos apresentados, percebemos a preocupação com a organização e prática pedagógica da disciplina administração escolar, a compreensão da administração democrática, em específico nas atividades de direção, como “autoridade delegada e a responsabilidade compartilhada” (II SIMPÓSIO, 1963, p.103) na qual o poder sobre o outro é derivado do poder compartilhado. A preocupação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1961, também foi objeto de discussão neste evento, principalmente quanto aos aspectos de formação e atuação do profissional administrativo.

Frequentemente no relatório (II SIMPÓSIO, 1963), a ANPAE foi apresentada como mediadora entre os profissionais deste campo de conhecimento. Assim, diante das questões supracitadas, a associação advém como meio de adicionar prestígio, por meio de publicações (jornal, boletim, revista), e ainda como estabelecadora de intercâmbio entre os pares, em busca da sistematização metodológica do ensino de administração escolar. Neste sentido, apresentou-se no referido evento o programa de administração escolar da Universidade de Chicago, com as bibliografias e referências utilizadas e, ainda com anotações dos materiais disponíveis nas bibliotecas da FFCL-USP e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, o que nos leva a refletir sobre o esforço da ANPAE em prol da disposição de recursos materiais, em específico, livros e material didático sobre esse campo de conhecimento para os profissionais da área. Tal reflexão é consistente, se considerarmos o esforço dos dirigentes desta associação na constituição de uma biblioteca.

A fim de atrair os estudiosos de administração escolar, o Presidente da ANPAE transferiu para a sua sede, cerca de trezentos (300) volumes, de sua propriedade sobre essa especialidade, organizando-se, assim, pequena biblioteca que tem servido a professores e alunos. Espera a ANPAE receber doação de livros, revistas e outras publicações de instituições educacionais e culturais do Brasil e do estrangeiro, para organização definitiva de sua Biblioteca (II SIMPÓSIO, 1963, p.95).

Percebemos aqui a preocupação em relação à formação inicial e continuada dos administradores de escola. A realização de uma biblioteca com acervo disponível para estudo, além de permitir maior aproximação destes profissionais com a ANPAE, possibilitaria a aqueles maiores possibilidade de aumento de conhecimento, uma vez que a questão da escassez de material didático e a preocupação em como formar pedagogicamente e didaticamente este profissional estavam em questão perante a racionalização do aparelho educacional e da possibilidade de aquisição de prestígio diante dos demais profissionais.

O III Simpósio Brasileiro de Administração Escolar foi realizado de 16 a 22 de janeiro de 1966, na Universidade da Bahia, cátedra do então presidente da ANPAE, o Antonio Pithon Pinto. Além do apoio desta universidade, o evento ainda contou ainda com o apoio do INEP (CATANI e GIGLIOLI, 2004).

Dada a experiência obtida no II Simpósio, a Anpae se reorganizou e efetivou a perspectiva que desejava perseguir desde as primeiras tentativas frustradas de organização de encontros nacionais de professores de Administração Escolar: a Anpae conseguiu impulsionar institucionalmente a disciplina, cujo prestígio incipiente começou a se consolidar tanto no interior da academia quanto no contexto do sistema escolar brasileiro como carreira profissional valorizada por sua especialidade e seu corpo de saberes (CATANI e GIGLIOLI, 2004, p.66).

O III Simpósio contou com a presença de especialistas e de autoridades de organizações internacionais, como da OEA, que além de prestigiar o evento planejaram em conjunto com a ANPAE um Simpósio Interamericano de Administração Escolar, que foi realizado no ano de 1968. O intercâmbio com estes profissionais adveio como possibilidade de troca de conhecimentos a respeito tanto das teorias quanto da organização desse campo de estudos internacionalmente, para a reflexão e contribuição aos sistemas de ensino brasileiros (III SIMPÓSIO, 1966).

Segundo Catani e Giglioli (2004), dentre as discussões ocorridas no III Simpósio, destacaram-se: a reorganização da educação em nível nacional, traduzida pela reforma do sistema de ensino e a busca de uma gestão eficiente; a formação dos administradores escolares com colaboração da USAID⁷; o “combate à politização ideológica das funções burocráticas” (p.80); o centralismo das decisões (sob o pressuposto de que a maioria dos cidadãos não teria capacidade de atuar de forma correta); e a delineação do conceito de supervisão. Além destas questões, com base no relatório do III Simpósio (1966), destacamos a preocupação, já anunciada no I Simpósio, quanto à busca por terminologia da administração escolar, devido “a falta de concordância no conteúdo dos termos empregados na Ciência Administrativa em nosso País” (p.45). A resposta a este problema dada já no I Simpósio foi a elaboração de um anteprojeto de Vocabulário, importante para a afirmação deste campo de conhecimento, que neste terceiro evento foi exposto como uma difícil tarefa “por desconhecimento das técnicas, por necessidade de manusear uma quantidade relativamente grande de material bibliográfico”(p.46). Diante destes problemas, a ANPAE constituiu comissões para a elaboração do Vocabulário de Administração Escolar.

Assim como nos demais simpósios, a preocupação em relação à formação dos profissionais da área foi constante. A ANPAE novamente foi designada como mediadora de políticas educacionais, da troca de conhecimento entre estes profissionais, de cursos para aperfeiçoamento destes sujeitos, entre outros. Dentre as publicações realizadas por esta associação para este fim, ressaltamos os Boletins Informativos e ainda a possibilidade, anunciada neste simpósio, de publicação dos trabalhos recebidos no evento na série *Cadernos de Administração Escolar*, organizada pela ANPAE (III SIMPÓSIO, 1966).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização e modernização do Brasil, no período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, foi fator importante para vários setores da sociedade, dentre estes a educação. A reorganização do Estado em um modelo de administração racional permitiu o desenvolvimento da disciplina Administração Escolar e posteriormente de cursos superiores para a formação de profissionais para atuação na burocracia estatal.

Em meio à reorganização da educação emergiu entre os professores da disciplina Administração Escolar e Educação Comparada o desejo de aquisição e produção de conhecimento baseados na realidade nacional e não apenas na importação de saberes estrangeiros, estranhos à nossa realidade. A realização do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar adveio como uma resposta a essa inquietação. Como resultado do evento, ao final deste encontro os professores da disciplina Administração Escolar e Educação Comparada instituíram a ANPAE.

A fundação da ANPAE esteve atrelada a diversos fatores, dentre eles a preocupação dos professores da disciplina Administração Escolar em adquirir e promover conhecimento com base na realidade nacional, a afirmação desta disciplina como campo de pesquisa, gerando a busca de prestígio destes professores no seio das instituições de ensino, o processo de administração racional do Estado iniciado na década de 1930, entre outros.

Questões como a competição significativa e o tempo para a formação e aperfeiçoamento destes profissionais foram apresentadas no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar - SBAE.

Especialmente, o tempo, aquele período latente durante o qual uma noção se converte em conhecimento. Esta latência, que nós todos sentimos por experiência própria, exige recolhimento, sossego, paz e intimidade consigo próprio, para o que raras vezes encontram condições proficuas no mundo moderno. (I SIMPÓSIO, 1961, p.36).

Já no II Simpósio a questão de formação pautou-se mais em relação a sua organização estrutural, como a preocupação em constituir uma biblioteca com acervo sobre o campo de administração escolar para estudos dos profissionais da área, as questões levantadas sobre os problemas que a, então, nova LDB poderia causar a estes profissionais e a esse campo de trabalho, a compreensão da ANPAE como mediadora de universidades, professores, poder público e líderes internacionais.

No III Simpósio o intercâmbio entre estudiosos e organizações internacionais adveio como enriquecedor deste campo de estudos, uma vez que permitiu o questionamento do

direcionamento dos sistemas administrativos de ensino brasileiros. A preocupação em relação à delimitação de conceitos como Supervisão e Planejamento e a realização do Vocabulário de Administração Escolar, proposto ainda no I SBAE, também foram importantes para o direcionamento da prática destas ações.

Cumprindo sua finalidade de intercâmbio entre profissionais da área de administração escolar, defendendo seus interesses e prestando assistência junto a estes associados como promotora de encontros de estudos e mediadora junto aos poderes competentes quanto à formação inicial e continuada, a ANPAE não apenas realizou as funções delegadas pelo seu Estatuto, mas afirmou-se como entidade respeitável perante de seus associados. O prestígio diante da academia e do poder público adveio com a possibilidade de fortalecimento deste campo de pesquisa nacional e internacionalmente.

Analisando os relatórios dos três primeiros simpósios, percebemos que algumas questões foram vencidas por aquele grupo, como por exemplo, a inclusão de profissionais de nível médio nos debates produzidos no II SBAE, a possibilidade de se pensar o papel de supervisores educacionais, parte importante do campo da administração, e delimitação do campo de conhecimento. Outras questões ainda ficaram em abertos para discussões futuras como a questão da terminologia própria desta área que estava sendo elaborada por meio do Vocabulário de Administração Escolar e a realização de um evento em âmbito internacional que seria concluído com o Simpósio Interamericano de Administração Escolar, realizado no ano de 1968.

Sendo assim, percebemos o quanto estes eventos foram importantes seja para questionar, como vimos no caso da LDB de 1961, quanto para a busca de melhores condições de trabalho para estes profissionais, mesmo que em um primeiro momento, conforme o relatório do I Simpósio (1961), esta persistência recaía sobre os ombros destes sujeitos que ficavam sozinhos diante das dificuldades materiais e de capital cultural na busca de prestígio deste campo de pesquisa. O envolvimento destes profissionais, que resultou na constituição da ANPAE, permitiu que o redirecionamento fosse feito, tirando a questão dos ombros dos professores e passando-a para o campo profissional, que requeria novos rumos, novas discussões e novos conceitos que possibilitasse sua aplicabilidade.

(Endnotes)

- 1 O início de uma fase não implica necessariamente no término da fase anterior, uma vez que de acordo com Sander (2007) “o movimento histórico é contraditório, dialético, superador” (p.26).
- 2 Os sete decretos foram: “a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; e) Decreto b. 19.941, de 30 de abril de 1931: que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário” (SAVIANI, 2008, pp. 195-196).

- 3 O presente decreto não resolveu o conflito entre católicos e escolanovistas, que juntos participavam da Associação Brasileira de Educação (ABE), quanto ao direcionamento da educação nacional. Este conflito emergiu ainda em 1931 durante a IV Conferência Nacional de Educação, consumando a ruptura destes grupos com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932. Os educadores católicos, por sua vez, retiraram-se da ABE e fundaram a Conferência Católica Brasileira de Educação, em 1933 (SAVIANI, 2008).
- 4 O Código da Educação de 1933, formulado por Fernando de Azevedo, defendia não apenas a valorização da pesquisa, mas também a formação técnica do profissional docente, em consonância com o “(...) modelo de sociedade pautada em valores industrializantes e cidadãos” (Evangelista, 2001, p. 251).
- 5 O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tem como objetivo realizar estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional do Brasil, para o subsídio de formulações e implementações de políticas públicas na educação. Na década de 1990, em homenagem a Anísio Teixeira, o INEP para a se chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- 6 Organização dos Estados Americanos – OEA é uma organização internacional estabelecida em 1948 em prol da solidariedade e colaboração entre seus países membros. Democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento são os norteadores das ações desenvolvidas pela organização, como cooperação, mecanismos de acompanhamento e patrimônio jurídico. Informações obtidas em < http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em 14 dez. 2010.
- 7 United States Agency for International Development - USAID é um órgão independente do governo federal dos Estados Unidos, que oferece assistência técnica em diferentes áreas, como a educação e processos de reforma da administração pública. Informações obtidas no sitio:<<http://brazil.usaid.gov/pt/node/33>> Acesso em: 07 set. 2010.

REFERÊNCIAS

- CATANI, A. M.; GIGLIOLI, R. S. P. **Administração Escolar**: a trajetória da Anpae na década de 1960. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CUNHA, C. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).
- EVANGELISTA, O. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.2, p. 247-259, jul/dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2010.
- PINTO, A. P. Carta. In: MAIA, G. Z. A. **As Publicações da ANPAE e a Trajetória do Conhecimento em Administração da Educação no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Marília: Universidade Estadual Paulista, 2004. 200f.
- SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: Evolução do Conhecimento. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, 1981. (Série Cadernos de Administração Escolar, VII).
- _____. Quadragésimo aniversário da ANPAE: reassumindo o nosso compromisso com a administração da educação no Brasil. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.17, n. 1; p. 107-118; jan./jun. 2001. Porto Alegre: ANPAE, 2001.
- _____. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.
- _____. **Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos_01.pdf>. Acesso em: 05 maio 2010.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).
- I SIMPÓSIO Brasileiro de Administração Escolar. **Relatório**. São Paulo: ANPAE, 1962.
- II SIMPÓSIO Brasileiro de Administração Escolar. **Relatório**. Porto Alegre: ANPAE, 1963.
- III SIMPÓSIO Brasileiro de Administração Escolar. **Relatório**. Salvador; ANPAE, 1966.